



UMA TRAJETÓRIA INTELECTUAL A FAVOR DA EDUCAÇÃO LIBERTADORA

An intellectual trajectory in favor of Liberating Education

Entrevistado

TAGLIAVINI, João Virgílio¹

Entrevistador

REIS, Egberto Pereira dos²

RESUMO

A presente entrevista aborda uma trajetória intelectual imbuída da práxis que contempla temas como a formação inicial, a estrutura e funcionamento do ensino básico, a formação sacerdotal; a vida universitária com suas relações de poder, questões sobre sexualidade, a teologia da libertação e a educação libertadora e os desafios contemporâneos como a descolonização, as tendências neofascistas na desconstrução na sociedade e na educação; a contribuição de Paulo Freire para o esperançar.

Palavras-chave: Educação. Intelectual. Libertadora.

ABSTRACT

This interview addresses an intellectual trajectory imbued with praxis that includes topics such as initial training, the structure and functioning of basic education, priestly training; university life with its power relations, questions about sexuality, liberation theology and liberating education and contemporary challenges such as decolonization, neo-fascist trends in deconstruction in society and education; Paulo Freire's contribution to hope.

Keywords: Education. Intellectual. Liberator.

¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Carlos, São Paulo, Brasil; mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas, SP, Brasil. Professor Associado na Universidade Federal de São Carlos, E-mail: joao.virgilio@ufscar.br

² Doutor em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), e Mestre em Filosofia pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma, Itália, Professor do Programa de Pós-graduação em Educação UNIPAM - Centro Universitário de Patos de Minas e na Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), E-mail: egbertolibero@gmail.com

Entrevistador: Qual sua área de formação. Em qual instituição se formou? Há quanto tempo?

João Virgílio Tagliavini: Minha formação escolar iniciou-se aos sete anos de idade, em fevereiro de 1961, quando ingressei no 1º ano do Grupo Escolar José Inocêncio da Costa, em Matão, São Paulo. Depois de cursar, em 1965, o 1º ano do antigo Ginásio no Ginásio Estadual e Escola Normal Professor Henrique Morato, também em Matão, iniciei minha trajetória rumo à formação sacerdotal percorrendo os caminhos do seminário, tanto menor quanto maior. Meu ingresso no seminário menor ocorreu, em 1966, na Diocese de São Carlos, Estado de São Paulo, na Vila Prado, em São Carlos, na sétima série do ensino fundamental (antiga 2ª série do ginásio), quando ainda não havia completado 12 anos de idade. Essa fase estendeu-se até o término do ensino médio, que à época correspondia ao antigo curso clássico. Durante o ensino médio, desempenhei a função de secretário do reitor, o padre Nelson Antonio Romão. No último ano, junto com meu colega Adelson Gobbi, assumi a responsabilidade de suplente, colaborando com os superiores na manutenção da disciplina da instituição.

Após concluir essa etapa, ingressei, em 1972, no seminário maior, localizado no mesmo endereço, onde iniciei os estudos de filosofia. Durante esse período, vivenciei uma rotina marcada pela separação entre os alunos do seminário menor e do seminário maior, mantendo-se a distância mesmo durante os momentos de recreio, no refeitório e na capela. A justificativa da época era para que os mais velhos não contaminassem os mais novos, com suas ideias e questionamentos. No segundo ano de filosofia, retornei ao seminário menor para assumir o cargo de coordenador geral das atividades, ao lado do meu colega Antonio Luiz Marchioni, futuro padre Ticão. Permaneci nessa função até concluir o curso de filosofia, em 1974, e, em seguida, ingressei no Instituto Teológico Pio XI, localizado no alto da Lapa, Rua Pio XI, 1.100, na cidade de São Paulo, mantido pela Congregação Salesiana. Foi uma experiência de estudos e de vida de três semestres, num local muito agradável, onde conheci colegas e professores aos quais tenho muita gratidão. Mas, estando a poucos semestres de me tornar padre, e por ser seminarista diocesano, eu não me adaptei e não aceitei continuar numa instituição que ainda preservava o modelo de internato que praticamente controlava todos os passos dos estudantes. Isso me fez decidir mudar de faculdade, mesmo contrariando a vontade do bispo de nossa diocese que, mesmo contrariado, acabou cedendo à mudança.

Minha trajetória rumo ao sacerdócio teve, portanto, um ponto de inflexão quando decidi migrar para o Seminário Regional do Ipiranga, também em São Paulo, concluindo minha formação teológica na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Esse período foi marcado por intensos questionamentos e transformações, por causa da Teologia da Libertação, linha de orientação daquela faculdade, representada por pensadores como Gustavo Gutierrez, Leonardo Boff, Frei Beto e Paulo Freire, e sob a batuta do cardeal arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns.

Após minha ordenação sacerdotal, em 15 de julho de 1978, exercei o ministério por oito anos na Paróquia de Santo Antônio de Itirapina, na diocese de São Carlos, experiência que registrei detalhadamente no livro “Um jovem padre em Itirapina – 1978-1985: memórias, registros e história”, publicado em janeiro de 2021³. Durante esse período, também lecionei sociologia e doutrina social da Igreja⁴ no curso de Filosofia do Seminário Maior de São Carlos. Essa foi uma ocasião em que me aprofundei nos estudos e documentos das Conferências Episcopais Latino-americanas de Medellin (1968) e Puebla (1979). Durante três anos eu tive a responsabilidade de coordenar esse curso. Foi nesse período que estreitei contato do curso

³ TAGLIAVINI, João Virgílio. *Um jovem padre em Itirapina – 1978-1985: memórias, registros e história*. São Carlos: Educar Direito Editora, 2021.

⁴ Esse curso tinha por base o livro *Fé cristã e compromisso social*, de Pierre Bigo.

de filosofia de São Carlos, com docentes do curso de teologia da PUC de Campinas, especialmente aqueles que tinham mais afinidade com a linha da libertação.

Em 1985, já em processo de afastamento do ministério sacerdotal, iniciei minha trajetória acadêmica de pós-graduação, com o ingresso no mestrado em sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Durante cinco anos, dediquei-me integralmente aos estudos e à pesquisa, mergulhando nas obras de Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, e outros cientistas sociais, o que me proporcionou uma visão aprofundada da sociologia e ciências humanas e sociais em geral, e preparou-me para atuar como professor de epistemologia da educação, futuramente, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar.

Minha jornada acadêmica na UNICAMP culminou, em dezembro de 1990, com a defesa da dissertação de mestrado, intitulada “Garotos no túnel: um estudo sobre a imposição da vocação sacerdotal e o processo de condicionamento nos seminários”⁵. Em 1996, ingressei no Doutorado em Educação na Universidade Federal de São Carlos, onde desenvolvi uma pesquisa sobre a filosofia do direito, especialmente focada no ensino dessa disciplina⁶.

Essa trajetória intelectual construiu minha identidade como padre educador, proporcionando-me uma perspectiva crítica e libertadora, que me acompanha até os dias de hoje.

Entrevistador: Você *trabalhou em algumas IES, pública e privadas. Qual a diferença em trabalhar numa instituição pública e privada?*

João Virgílio Tagliavini: Minha experiência docente realizou-se em instituições, confessionais, fundacionais, privadas e pública. Concomitantemente à minha função de pároco da Paróquia de Santo Antônio de Itirapina, iniciei minha carreira docente em 1979, lecionando sociologia geral e doutrina social da Igreja, como dito acima, logo após minha ordenação sacerdotal, no curso de filosofia do mesmo seminário que frequentei. Alguns anos mais tarde, após deixar o ministério sacerdotal em 1986, ministrei aulas de sociologia, história e filosofia em algumas instituições privadas da região de Campinas enquanto cursava o mestrado na UNICAMP: foi nesse período que lecionei na Faculdade Nossa Senhora do Patrocínio de Itu, Universidade Franciscana em Itatiba e nas Faculdades Anchieta de Jundiaí.

Após concluir o mestrado, retornei à região de São Carlos e lecionei a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros e História na Associação de Escolas Reunidas, ASSER, atualmente Centro Universitário Central Paulista, UNICEP, em São Carlos, e Filosofia da Educação e História na Federação das Faculdades Isoladas de Araraquara, FEFIARA, atual Universidade de Araraquara, UNIARA, em Araraquara, São Paulo. Realizei uma breve incursão no comércio como sócio administrador de uma loja de Materiais de Construção em Matão, uma experiência na qual aprendi muito, embora não tenha me seduzido. Minha paixão era e continua sendo a educação.

Regressando ao campo da docência, desta vez residindo em São Carlos, concentrei-me, de 1993 a 1999, no ensino de Sociologia Geral e Jurídica, Filosofia Geral e Jurídica, Metodologia da Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior na Faculdade de Direito de São Carlos, FADISC, mantida pelo Instituto Paulista de Ensino Superior Unificado, IPESU. Nesse período contribuí também na instalação do curso de Secretariado Executivo Bilingue. Na mesma instituição, assumi a função de assessor pedagógico e coordenador do curso de Letras, cujo

⁵ Eu publiquei partes dessa dissertação, em artigos e em dois livros: “Você tem que ser padre: entre o chamado divino e a imposição sociocultural da vocação sacerdotal”, publicado pela Editora Educar Direito, São Carlos, 2023, e *Controlados pelas ameaças do inferno: a repressão sexual na educação cristã e na formação dos seminaristas*, em coautoria com Plínio Gentil, publicado pela Editora do Autor, em São Carlos: 2014.

⁶ *O ensino da filosofia do direito*. 1999. Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar.

projeto de implantação integrei, consolidando sete anos de profunda aprendizagem e estabelecendo laços duradouros de amizade, numa instituição que estava no seu auge, com cerca de três mil alunos matriculados apenas no curso de direito.

Impulsionado por essa experiência, busquei especialização em educação jurídica, participando de associações nacionais dedicadas ao tema, como a ABEDI (Associação Brasileira de Ensino do Direito) e CONPEDI (Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito)

Nos anos 2000 a 2002, âmbito da educação jurídica, após minha passagem pela FADISC, ministrei aulas de Sociologia e Filosofia Geral e do Direito na UNICASTELO em Descalvado, na UNAERP e nas Faculdades COC em Ribeirão Preto. Em seguida, retorno para uma bem-sucedida experiência de ensino de Sociologia Geral e Jurídica e Filosofia Geral e Jurídica na UNIARA em Araraquara, onde durante quase três anos contribuí para a formação de inúmeros bacharéis em direito e estabeleci amizades que perduram até os dias atuais.

Deixei a UNIARA após ser aprovado em concurso público para ingressar no Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos, em 2002. Na graduação, ministrei disciplinas como Educação e Sociedade, Filosofia e História da Educação, Metodologia Científica e Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, atual Política, Organização e Gestão da(na) Educação Básica. Dediquei-me especialmente à última disciplina, para a qual, em parceria com minha esposa Maria Cristina Braga Tagliavini, elaborei o livro “Estrutura e Funcionamento da Educação Básica: constituição, leis e diretrizes”⁷.

Na pós-graduação em educação na UFSCar, identifiquei-me imediatamente com a disciplina de Fundamentos Históricos, Filosóficos e Sociológicos da Educação, com foco nos clássicos da educação. Posteriormente, dediquei vários anos ao ensino da Epistemologia da Educação, área na qual também me identifiquei profundamente. Essa jornada foi incrivelmente enriquecedora em minha vida e continua sendo, a ponto de, ao me tornar professor emérito em 2021, continuar contribuindo como docente voluntário sênior na UFSCar.

Entrevistador: João, você foi padre e teve uma formação eclesiástica. O que esta formação trouxe para a sua vida, de positivo e negativo?

João Virgílio Tagliavini: Refletindo sobre as inúmeras experiências que compõem a minha vida, desde as raízes de uma religião tradicional em Matão, até os corredores da academia, percebo que, mesmo evoluindo em minhas crenças e escolhas, “o ser educador” é que conecta todos os pontos da trajetória. A crença que não mudou, pelo contrário, se aprofundou, foi na necessidade de luta pela justiça.

A transição do seminário para a sala de aula, do altar para a academia, representou mais do que uma simples mudança de profissão ou local de trabalho; foi uma continuidade interna, uma integração no mundo da educação. Meu percurso desafiou as convenções tanto na igreja quanto na academia, o que me impediu de simplesmente me acomodar em um mundo preestabelecido, e sim me instigou a redefinir o mundo ao meu redor. Admito que essa não foi e ainda não é uma tarefa fácil; é como viver em constante estado de resistência. E, repito, o que dá ligá a toda experiência vivida é a vocação e profissão de educador. Quando me perguntam sobre o fato de eu ter deixado o ministério sacerdotal eu respondo que, apesar de ter sido muito difícil no início, o que me manteve foi a continuidade da experiência na educação. Desde o dia seguinte à minha ordenação sacerdotal até os dias de hoje eu continuo sendo um educador. Isso dá sentido à minha vida.

⁷ TAGLIAVINI, João Virgílio e TAGLIAVINI, Maria Cristina Braga. *Estrutura e funcionamento da educação básica: constituição, leis e diretrizes*. 2^a ed. São Carlos: Educar Direito, 2000.

Entrevistador: Você fez o seu TCC, da Graduação de Teologia intitulado: *Mediações sócio analíticas da teologia da libertação: marxismo e teologia na América Latina*. Como você entende a Teologia da Libertação nos dias atuais? Gostaria de lembrar o saudoso e seu querido amigo Padre Ticão. O que era e o que é a Teologia da Libertação na prática?

João Virgílio Tagliavini: Em relação à Teologia da Libertação, desde as décadas de 1970 e 1980 até o presente, houve muita evolução, e muitas mudanças. Primeiro porque não se pode mais falar em “teologia”, mas em “teologias” da libertação, pois trata-se de uma corrente da teologia que se desdobrou em várias nuances. Desde aquela teologia da libertação mais clássica, que partia da mediação socio analítica marxista, focada na libertação do oprimido, numa sociedade de classes, até as teologias setoriais, como a feminista, africana, asiática etc. Para entender como eu me relaciono com a teologia da libertação desde o meu curso de teologia e o TCC citado na pergunta, vou expor brevemente como essa teologia de desenvolveu nessas cinco décadas⁸.

As diversas correntes da Teologia da Libertação diferem significativamente em seu uso e aceitação do referencial teórico marxista. Vou descrever brevemente como cada uma dessas tendências se posiciona em relação ao marxismo, indicando quais são mais fiéis a esse referencial e quais se distanciam mais dele: a primeira é a teologia da libertação, na sua vertente clássica, a que mais diretamente adota elementos do marxismo, especialmente na sua análise crítica das estruturas socioeconômicas e na luta de classes. Autores como Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff utilizaram o marxismo como uma ferramenta analítica para entender a opressão dos pobres, mas sempre com a preocupação de não reduzir a fé cristã a uma mera análise política ou econômica. A segunda nuance ou vertente é a teologia negra da libertação que, embora também se preocupe com a opressão e a justiça social, enfoca mais especificamente questões de raça e racismo, utilizando menos diretamente o marxismo como referencial teórico. A luta é mais centrada em questões de identidade e emancipação racial do que na luta de classes per se. A terceira nuance é a teologia feminista da libertação que se concentra em desafiar o patriarcado e explorar a opressão de gênero. Embora possa usar análises marxistas para discutir questões de classe e economia, muitas vezes integra outras teorias críticas, como o feminismo, que não são explicitamente marxistas, para abordar as questões de gênero. A quarta versão é a teologia da libertação indígena, que foca na justiça para povos indígenas e tende a se afastar de uma estrutura marxista clássica, embora ainda possa dialogar com questões de opressão econômica e exploração. A ênfase é mais na valorização das culturas indígenas e na resistência ao colonialismo do que na luta de classes. A quinta corrente é a ecoteologia da libertação que se concentra na relação entre justiça social e ambiental, muitas vezes se afastando das análises marxistas tradicionais. Esta corrente prioriza uma abordagem mais holística que inclui a ecologia, podendo utilizar algumas ideias marxistas sobre exploração e capitalismo, mas não faz do marxismo seu eixo central. Embora possa haver outras nuances, a sexta e última seria a teologia da libertação pós-moderna que adota uma crítica às grandes narrativas, incluindo o marxismo. É caracterizada por uma pluralidade de perspectivas e uma desconfiança em relação às teorias totalizantes, incluindo o próprio marxismo, preferindo abordar questões de poder, identidade e diferença de maneiras mais fluidas e contextuais. Percebe-se que, da primeira à última há um afastamento crescente das teorias e práticas que deram origem à teologia da libertação.

Como eu vou explicitar mais abaixo, eu me inscrevo mais próximo à origem da teologia da libertação, no seu objetivo de libertar o oprimido que é superexplorado numa sociedade de

⁸ Essa análise baseia-se em grande parte na leitura da obra “50 anos de teologia da libertação: memória, revisão perspectivas e desafios”. Organizado por Edward Guimarães, Emerson Sbardelotti e Marcelo Barros, publicado pela editora Recriar, em São Paulo, 2022, em dois volumes.

classes. Eu penso que, mesmo para aqueles que não têm fé, essa teologia auxilia na construção de um reino de justiça aqui e agora. Para aqueles que professam a fé cristã seria um reino de Deus que se inicia na imanência presente para se completar numa realidade transcendente. Trata-se, portanto, de uma teologia que desaliena os cristãos que colocavam ou colocam todas as suas fichas no mundo do além.

Nesses 50 anos, a teologia da libertação enfrentou muitos obstáculos, alguns deles dentro da própria Igreja, como o *Libertatis Nuntius*, uma instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação, em 1984, no qual a Congregação para a Doutrina da Fé praticamente proíbe a sua continuidade. No entanto, em 1986, após fortíssima reação da Igreja Latinoamericana, a mesma Congregação se corrige, publicando a Instrução *Libertatis conscientia*, sobre a liberdade cristã e a libertação. Depois do encontro com os bispos da América Latina, o papa João Paulo II escreveu aos bispos do Brasil: *estamos convencidos, nós e os senhores, de que a Teologia da Libertação é não só oportuna, mas útil e necessária*.

No entanto, durante o pontificado do papa polonês continuaram fortes as investidas contra a teologia da libertação, inclusive punindo teólogos que a desenvolviam e defendiam. No pontificado de Bento XVI, o cardeal Ratzinger, que havia sido justamente o presidente daquela Congregação, continuou o cerceamento àquela teologia. Essa situação tem mudado muito no pontificado do papa Francisco, um latino-americano, muito mais capaz de compreender os benefícios dessa teologia.

Dentre os membros do clero que permaneceram e permanecem fiéis à teologia da libertação, eu posso citar o padre Antonio Luiz Marchioni, conhecido como padre Ticão, que desenvolveu toda sua atividade pastoral na periferia da Zona Leste de São Paulo. Ticão, originalmente da Diocese de São Carlos, foi meu colega de seminário e de início do sacerdócio. Aprendemos juntos a teologia da libertação na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, conforme já foi dito acima, e isso marcou definitivamente nossas vidas. Eu na Igreja e no campo da educação e o Ticão a vida toda na Igreja, até seu falecimento em 1º de janeiro de 2021. Suas lutas concentraram-se na luta por moradias, por saúde popular, por educação, por emprego e segurança. Ele era presença constante cobrando com energia e sem medo as políticas públicas para o povo da periferia, onde sempre morou e trabalhou. Sua ação incansável em benefício dos mais pobres rendeu-lhe o apelido de “trator de Deus”, nas palavras de seu bispo, Dom Angélico Sândalo Bernardino.

Nos seus últimos anos de vida, especialmente em 2018 e 2019, eu me reaproximei bastante do meu colega padre Ticão, frequentando os cursos de saúde integrativa que ele promovia no salão da Paróquia São Francisco, em Ermelino Matarazzo, e, eventualmente, contribuindo nos cursos de Fé e Política que ele também coordenava. Ticão tinha muita esperança na transformação social. Ele nunca desanimou de lutar pela libertação integral do ser humano, começando pela libertação da opressão e da miséria. Ticão foi, ao lado de dom Pedro Casaldáliga, dom Angélico, dom Paulo Evaristo Arns, padre Paulo Bezerra etc, um testemunho vivo da teologia da libertação, que continua viva.

Vou contar mais adiante que minha inserção na teologia da libertação fez-se em conexão com pedagogia da libertação de Paulo Freire.

Quando me perguntam se a teologia da libertação não se imantizou demais, eu respondo que, por óbvio, a teologia para ser “teo”logia precisa levar em conta a dimensão transcendental, a dimensão da fé em Deus (Teo). Caso contrário, se ficar restrita à libertação das opressões sociais, econômicas, culturais ela seria, no máximo “socio”logia.

No entanto, nesse estado de avanço da extrema direita no Brasil, precisamos adotar a teoria da curvatura da vara, enunciada por Lênin, que ao ser criticado por assumir posições

extremistas e radicais, responde o seguinte: "quando a vara está torta, ela fica curva de um lado e se você quiser endireitá-la, não basta colocá-la na posição correta. É preciso curvá-la para o lado oposto". Então, politicamente falando, numa realidade que certamente continua tão ou até mais opressora e injusta quanto no momento histórico do nascimento da Teologia da Libertação, acho que é mais cristão colocar-se do lado do oprimido, rever a Teologia Europeia que foi construída originalmente sem a contribuição da América Latina, da África, da Ásia e da Oceania, e fortalecer a Teologia da Libertação e não a recusar. Há duas formas de encarar esse debate: os que dizem que o Reino de Deus começa neste mundo, mas o seu foco é a eternidade, é o transcendental; e aqueles que dizem que o Reino de Deus é transcendental, porém se constrói neste mundo, aqui e agora, nas lutas por aqueles com os quais Cristo se identificou em Mateus 25, 35-45: "Pois eu tive fome e me deste de comer...."

Junto com o padre Ticão, eu me inscrevo nesse segundo grupo.

Entrevistador: Você defendeu sua dissertação de mestrado com o título: "GAROTOS NO TÚNEL: um estudo sobre a imposição da vocação sacerdotal e o processo de condicionamento nos seminários". E tem publicado livros sobre esta temática, como: "Você tem que ser padre: entre o chamado divino e a imposição sociocultural da vocação sacerdotal e Falsos Cristãos: Grande praga na Igreja". Por que estes temas lhe chamam tanta atenção? Este interesse por estes temas é uma forma também de evitar e denunciar abusos?

João Virgílio Tagliavini: Quando eu resolvi deixar o ministério sacerdotal, em 1986, eu já havia feito uma "revisão interna de minha vocação", a vocação de um menino de 11 anos de idade que ingressou num internato de formação de padres, um seminário no modelo tridentino, no modelo de instituição total, e havia chegado à conclusão de ter sido uma imposição social da vocação e um processo de condicionamento à perseverança, num clima sempre revestido de medo de abandonar a "vocação" e ser condenado ao inferno. Quando cheguei à teologia, o que me entusiasmou foi o enfoque da "libertação" que estava no auge, naqueles anos de 1975 a 1978, na Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, no Ipiranga, em São Paulo, sob a batuta do Cardeal Arns. No dia de minha ordenação eu me lembro que o fiz com "reserva de consciência" em dois requisitos: o compromisso de celibato e o de obediência. Eu não acreditava no celibato obrigatório, nem na obediência cega a um homem, o bispo da diocese. Na cerimônia de ordenação diaconal e sacerdotal, com as mãos amarradas entre as mãos do bispo celebrante, tínhamos que responder à seguinte pergunta: "Prometes obediência e reverência a mim e aos meus sucessores?". Eu respondi que sim, mas por dentro eu dizia "não", como aquelas crianças que prometem algo com os dedos cruzados. Após ter lido "Resposta à pergunta 'o que é esclarecimento?' de Emanuel Kant, eu não tinha a mínima intenção de abdicar da autonomia da minha liberdade.

A minha pesquisa de mestrado foi exatamente sobre esse tema, como numa espécie de acerto de contas com o passado, e de alerta para os futuros "vocacionados". Eu mergulhei no tema, fazendo 47 entrevistas qualitativas, longas, com um bispo, muitos padres, ex-padres, seminaristas, ex-seminaristas, tendo entre eles, principalmente os padres formadores nos seminários. Fiz também muitas visitas aos seminários menores que ainda mantinham o modelo tridentino de internato e li toda a bibliografia disponível na época sobre o tema, inclusive duas importantes obras sobre os seminários do interior da França, que me deram a linha de redação de minha dissertação⁹.

⁹ CHOTARD, Jean-René. *Seminaristes...une espèce disparue? - histoire et structure d'un petit séminaire*, Guérande (1822-1966). Sherbrooke, Québec, Canada: Éditions Naaman, 1977.

SUAUD, Charles. *La vocation: conversion e reconversion des prêtres ruraux*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1978.

Por isso escrevo sobre essa temática para esclarecer, no sentido kantiano, e também para prevenir novos abusos contra crianças e adolescentes, abusos de ordem intelectual, afetiva e volitiva.

O conceito de habitus desenvolvido por Bourdieu destaca como, através dos processos de socialização, controle social e legitimação, internalizamos padrões de comportamento, pensamento e percepção que moldam nossas ações e visões de mundo. Esses padrões muitas vezes se tornam tão arraigados em nossa experiência cotidiana que passam despercebidos, mesmo quando podem ser prejudiciais. Então vamos introduzir o conceito de desabituação (des-habituação).

Para aqueles que foram socializados na igreja, especialmente em um internato de formação de padres, a importância da desabituação se torna ainda mais urgente. Nessas instituições, onde valores e crenças religiosas são transmitidos e reforçados, existe o risco de que certos comportamentos, normas e perspectivas sejam internalizados de forma acrítica. A desabituação é crucial porque nos permite questionar esses padrões internalizados, examinar criticamente nossas crenças e práticas e, se necessário, desaprender comportamentos prejudiciais ou limitadores, num esforço de desconicionamento. Isso não significa necessariamente abandonar completamente as tradições ou valores da igreja, mas sim desenvolver uma consciência reflexiva sobre eles e uma capacidade de discernir entre o que é construtivo e o que é prejudicial.

Para aqueles que foram socializados em ambientes religiosos, a desabituação pode ser um processo desafiador, pois pode envolver confrontar crenças arraigadas e enfrentar o desconforto da incerteza. No entanto, é um passo essencial para o crescimento pessoal, o desenvolvimento de uma identidade autêntica e a capacidade de se engajar de forma mais crítica e responsável com o mundo ao nosso redor. Em última análise, a desabituação nos permite libertar-nos das amarras do hábito e buscar uma maior autonomia e consciência em nossas vidas.

Outro tema muito caro para mim, nessa mesma linha de reflexão, é o da descolonização. A colonização não se limitou apenas à ocupação territorial e política, mas também deixou suas marcas profundas na forma como pensamos, sentimos e agimos. A educação desempenhou um papel central nesse processo, perpetuando ideologias e sistemas de conhecimento que refletem e reproduzem as hierarquias e desigualdades coloniais. Foi assim que aconteceu num Brasil formado pela união da cruz e da espada, em que os jesuítas tiveram a hegemonia da educação durante os duzentos primeiros anos, de 1549 a 1759. Desenvolveu-se um modelo de cristandade, cujos efeitos ainda são sentidos até o presente. Obviamente, isso teve reflexo nos internatos de formação de padres, em modelo estritamente europeu, de uma Igreja que cresceria sob o manto do Império Romano e, depois, dos Reinos Português e Espanhol.

Desde os tempos coloniais, a educação foi utilizada como uma ferramenta de dominação, impondo uma visão de mundo eurocêntrica e hierárquica que marginalizou e subjugou saberes, culturas e formas de ser e de conhecer não ocidentais. Essa colonização do saber não apenas limitou nossa compreensão do mundo, mas também condicionou nossa vontade, sensibilidade e emoções de acordo com os padrões impostos pelo colonizador.

Assim como a desabituação é essencial para libertar-nos dos hábitos prejudiciais internalizados, a descolonização é fundamental para romper com os padrões de pensamento e comportamento que nos aprisionam na lógica colonial. Precisamos descolonizar nossas mentes e nossas instituições educacionais, questionando e desconstruindo as narrativas dominantes que sustentam a opressão e a injustiça.

Descolonizar a educação significa reconhecer e valorizar os conhecimentos e perspectivas tradicionais, indígenas e africanas, bem como as vozes e experiências das comunidades marginalizadas. Significa também desafiar os sistemas de poder e privilégio que perpetuam a colonização do saber e promover uma educação que fortaleça os indivíduos para um pensar de forma crítica, reflexiva e responsável.

Nietzsche nos alertou sobre o perigo de nos tornarmos seres com espírito de escravos ou de discípulos, submissos às ideologias dominantes. Para sermos verdadeiramente livres e autônomos, é necessário descolonizar nossas mentes e nossas práticas educacionais, buscando constantemente ampliar nossos horizontes, questionar nossas suposições e construir novas formas de conhecimento e convivência baseadas na justiça, na igualdade e no respeito mútuo.

Entrevistador: A sexualidade é um tabu na igreja, muitas vezes negligenciada por questões de ordem metafísica. Explicações e verdades metafísicas ainda fazem algum sentido em sua vida?

João Virgílio Tagliavini: Durante algum tempo eu me fechei a todo tipo de metafísica. Mas ela já estava impregnada em mim, afinal minha filosofia foi totalmente escolástica, com um manual de inspiração aristotélico-tomista, que apresentava todos os tratados em latim¹⁰, como nos velhos tempos. Depois, eu fui me reconciliando, fazendo uma leitura invertida das palavras de São Paulo em 1Coríntios 6,12: *Tudo me é permitido, mas nem tudo me convém*. Aos poucos fui fazendo e ainda faço uma seleção e pisco nessa formação que também foi muito rica, aquilo que me convém e faz bem à minha saúde e à minha vida. Eu tenho, por exemplo, um grande amor e até apego aos clássicos, tanto na literatura, quanto na filosofia, na teologia e nas ciências sociais. Isso me dá uma formação sólida nos fundamentos da educação e do direito, temas com os quais tenho trabalhado nas últimas décadas.

Quanto às questões de sexualidade, desde os tempos dos estudos da teologia da libertação, eu tenho me libertado. Isso foi fundamental, pois o que mais impedia o crescimento de uma criança ou adolescente num internato era o processo de culpabilização em relação à sexualidade, sendo todas as suas expressões reduzidas, em geral, à noção de pecado. E nessa luta inglória contra os “desejos da carne”, o seminarista e todo o jovem controlado pela Igreja não tinham espaço para outros questionamentos e para outras lutas, o que os infantilizava nas mãos de “diretores espirituais e confessores”, aos quais tinham que recorrer, humilhados, semanalmente. Há histórias de seminaristas que se confessavam diariamente. Isso era uma devastação no seu equilíbrio sócio afetivo emocional. E essa submissão era um forte instrumento de controle exercido pelos superiores no seminário ou na paróquia. O esquema era mais ou menos o seguinte: “Pecou, confessou, comungou; pecou, confessou, comungou”, pois não se podia comungar em pecado, e quem não comungasse na missa diária já era mal visto pelos colegas, pois já sabiam o que ele tinha feito. E ninguém deixava de comungar por faltas contra a caridade, apenas contra a castidade. Isso deformou muita gente, muitas gerações. Por isso, atualmente, eu utilizo as redes sociais para alertar contra toda forma de dominação que se utiliza de fantasias como o inferno e o pecado para submeter pessoas mais fragilizadas.

Parte desse esforço foi a publicação, em 2014, do livro já citado acima “Controlados pelas ameaças do inferno: a repressão sexual na educação cristã e na formação dos seminaristas” em que eu revelo as entradas da dominação e da repressão no que se chamava de formação nos seminários menores. Com o auxílio de pinturas que ainda existiam na igreja matriz de

¹⁰ DI NAPOLI, Joannes. *Manuale philosophiae ad usum seminiorum*. Italy: Marietti Editori, 1963 (o original é de 1919)

Itajobi, então diocese de São Carlos, eu pude mostrar o terror que se fazia na cabeça e no coração dos seminaristas e dos fiéis. Na década de 1980, um padre que havia sido formado no mesmo seminário que eu, mandara pintar afrescos naquela igreja, representando figuras de demônios arrastando os pecados para o fogo do inferno. Os pecados mais explícitos naquelas paredes são os pecados do sexo. Duas figuras impactam mais: uma imagem de um ser híbrido, metade mulher, metade demônio, está lá para dizer que a mulher é a face bela do capeta a arrastar os homens para a condenação; outra pintura representa uma mulher nua arrastando três homens acorrentados para o fogo do inferno.

Essa foi, e para muitos ainda continua sendo, a forma mais poderosa de controlar mentes, afetos, sentimentos e vontades, pois as ameaças paralisam, e o medo bloqueia o crescimento.

A teologia da libertação e a pedagogia libertadora contribuem para a superação dessa devastação na alma de quem viveu anos num internato de modelo tridentino.

Entrevistador: Você trabalha também com Estrutura do Ensino médio, com Metodologias Ativas, educação do ensino superior (projeto pedagógico e avaliação), formação docente para o ensino superior. Como você enxerga a educação hoje? Houve mudanças de concepção, como alguns autores gostam de dizer? O João da infância, na juventude e o da maturidade. Você tem um devir educacional?

João Virgílio Tagliavini: Eu escrevi na abertura do livro “Estrutura e Funcionamento da Educação Básica”, de minha autoria e de Maria Cristina Braga Tagliavini, que aquele menino de sete anos de idade que subia as escadas do Grupo Escolar de Matão, em fevereiro de 1961, imaginava na sua inocência que todas as crianças que quisessem teriam direito de ali ingressar. Além disso, com o tempo eu sempre fui ouvindo que “antigamente a escola era boa”. No entanto, ao estudar história da educação no Brasil, eu fui descobrir que, na metade do século XX havia ainda cerca de 50% de analfabetos em nosso país. Portanto, aquilo que se chamava de escola boa era para poucos, muito poucos e estavam excluídos, principalmente, os brasileiros que moravam na zona rural, e ainda eram muitos naquela época. Também passei a questionar o que se entendia por uma escola boa, perguntando pelos parâmetros de qualidade da educação e descobri que não era boa. Apenas era tradicional e servia para uma espécie de distinção social entre aqueles que tinham e aqueles que não tinham seus diplomas. O que se aprendia era pouco, além de ser bastante desconectado da realidade concreta. Era uma disciplina rígida, autoritária, niveladora e que excluía totalmente aqueles que não se enquadravam nos padrões do que se entendia por normalidade. Houve avanços, principalmente em relação à inclusão dos alunos especiais, à infraestrutura e aos métodos educacionais.

Hoje, numa educação básica que matricula quase 50 milhões de alunos, vejo que houve, no final do século XX, a universalização da oferta de ensino fundamental, antes de 8 e atualmente de 9 anos, e embora a Constituição garanta o direito à educação, desde a creche até o final do ensino médio, ou seja, toda educação básica, sendo obrigatória a matrícula e frequência à escola dos 4 aos 17 anos, ou seja, da educação infantil à conclusão do ensino médio, ainda há muita deficiência de oferta de vagas nas creches e uma grande defasagem de idade na conclusão do ensino médio, sem contar aqueles que não o concluem. Portanto, embora tivesse havido bastante avanço desde o ano em que ingressei no Grupo Escolar, ainda estamos longe de atingir o ideal, ou diria mais, longe de cumprir os preceitos constitucionais em relação ao direito à educação.

Essas pesquisas e experiências no campo da educação me levaram recentemente a publicar um livro sobre a trajetória de uma professora primária durante a segunda metade do século XX. Após muitas entrevistas, leituras, visitas, eu escrevi o livro “Lousas e lições: a biografia de

Mercedes e o legado dos professores primários brasileiros”¹¹. O livro conta a verdadeira saga desses profissionais que iniciavam suas carreiras em escolas de pequenas vilas e fazendas, ou nas periferias da capital, em geral em condições precárias e muito longe de suas famílias, até conseguirem por pontos e por méritos uma remoção para os centros maiores e mais perto de suas cidades de origem, quando isso lhes interessava. Mercedes, hoje com 94 anos, me guiou para conhecer esses caminhos, refazendo sua história.

Mesmo que a educação tenha melhorado de lá para cá, há ainda um longo caminho a percorrer em relação à qualidade da educação, à formação e valorização do magistério, e à importância que sociedade dá à educação. Na minha experiência no ensino superior, principalmente ao trabalhar em cursos de direito, eu ouvi muitas vezes a pergunta: “Você só dá aula ou trabalha também?”. Hoje eu devolvo com outra pergunta: “Você só advoga ou trabalha também?”¹²

O meu devir educacional está demonstrado ao longo de toda essa pesquisa.

Entrevistador: Você pesquisa sobre educação básica, o comportamento sexual na época de transição para o Concílio Vaticano II e vejo também, me parece uma paixão irresistível pelo direito. No seu Doutorado você pesquisou sobre o Ensino do Direito. Por que esta paixão pelo direito?

João Virgílio Tagliavini: A pesquisa sobre o ensino do direito nasceu da experiência de lecionar sociologia e filosofia, geral e jurídica, numa faculdade de direito, na década de 1990 e perceber a falta de qualificação docente e da própria IES em relação ao processo de ensino e aprendizagem do direito. Logo nos primeiros anos eu me tornei assessor pedagógico da direção daquele curso, função que até então não existira. Isso me deu uma experiência entre a teoria e a prática. Em 2002 eu ingressei na Associação Brasileira de Ensino de Direito (ABEDI), que iniciava seus trabalhos, tendo participado de sua 2ª diretoria. Assim fui pesquisando e publicando na área do ensino e aprendizagem do direito. Ao ingressar por concurso público, como professor efetivo da UFSCar, eu criei o grupo de pesquisa “Educação e Direito na Sociedade Brasileira Contemporânea”, com o qual também publiquei alguns artigos e livros. Isso me levou a ser convidado para participar da Comissão de Ensino Jurídico da Seccional OAB do Estado de São Paulo, entre 2010 e 2012, a convite de seu presidente, o advogado João Luiz Ribeiro dos Santos. Como membro da comissão, assessorando seu presidente, eu participei da avaliação de muitos cursos de direito do Estado de São Paulo e, no final da gestão, coordenei a publicação, pela OAB/SP de um livro intitulado “Educação Jurídica em Questão”. Participei da formação de docentes e de congressos das Comissões de Educação Jurídica da OAB em várias seccionais, como as de Minas, Rio Grande do Norte, Piauí etc. Como parte dessa experiência, fui convidado a fazer a defesa da inclusão de questões de filosofia no Exame Unificado da OAB, o conhecido Exame de Ordem¹³. A partir dessa experiência, eu comecei a estudar o ensino do direito no Brasil, desde a criação dos primeiros cursos de Direito, um em Olinda e outro em São Paulo, por Lei sancionada por Dom Pedro I, em 11 de agosto de 1827. Fiz ainda dois estágios de pós-doutorado estudando essa mesma temática: o primeiro na Faculdade de Direito de Recife (antiga faculdade de Olinda) e na Universidade Federal da Bahia. Em Recife fiz um estudo sobre as origens dos cursos de direito no Brasil, tendo feito parte da pesquisa na Universidade de Coimbra; o segundo, na

¹¹ TAGLIAVINI, João Virgílio. *Lousas e lições: a biografia de Mercedes e o legado dos professores primários brasileiros*. São Carlos: Educar Direito Editora, 2023.

¹² A mesma pergunta que eu faria aos membros do Ministério Público, Magistratura etc. Porque, quem trabalha mesmo, sem trégua, são os professores.

¹³ Junto com o filósofo João Maurício Adeodato conseguimos aprovar a inclusão de duas questões de filosofia no Exame de Ordem.

faculdade de Direito da UFBA, fiz uma pesquisa sobre o Direito à Educação, com parte da pesquisa realizada no Curso de Direito da Universidade de Lisboa. Foram experiências riquíssimas que me deram condição de compreender as causas históricas da defasagem pedagógica dos cursos de direito no Brasil.

O livro mais representativo desse período que publiquei foi “Aprender e ensinar direito: para além do direito que se ensina errado”, fruto das pesquisas e de muitas experiências de formação de professores de direito¹⁴

Foi assim que me integrei ao tema sobre a Educação Jurídica.

Entrevistador: Você é presidente do Conselho Municipal de Educação de São Carlos, concede entrevistas em rádios, tevês, profere palestras entre outros. Nos últimos anos aflorou um viés fascista no Brasil. Este afloramento me parece que traz uma impressão do que sejam as pessoas. Quero dizer que enquanto sociedade mostramos um lado perverso. O que você pensa disso?

João Virgílio Tagliavini: "As redes sociais deram o direito à palavra a legiões de imbecis que, antes, só falavam nos bares, após um copo de vinho e não causavam nenhum mal para a coletividade", declarou Umberto Eco ao jornal Il Messaggero. "Nós os fazíamos calar imediatamente, enquanto hoje eles têm o mesmo direito de palavra do que um prêmio Nobel. É a invasão dos imbecis", continua o escritor italiano.

Eu penso que uma certa parcela de fascistas sempre existiu na sociedade. De tempos em tempos, essa parcela consegue se congregar e alcançar postos de poder. Nos momentos cruciais da história sua ação produz grandes catástrofes, como nas tragédias promovidas pelo nazifascismo na Europa do final da primeira metade do século XX. A extrema direita sempre existiu e reaparece no cenário numa conjugação de fatores que implicam o apoio da imprensa, conjunturas internacionais, como a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, de um deputado do baixo clero no Brasil que se torna presidente da República auxiliado por um golpe que teve apoio do legislativo e de parte do judiciário, e mais recentemente, a eleição de Javier Milei para a presidência da vizinha Argentina.

Como presidente do Conselho Municipal de Educação de São Carlos (gestão 2023-2025), nós ainda temos que lutar, por exemplo, contra a implantação da Escola Cívico-Militar neste município que abriga duas importantíssimas universidades públicas, UFSCar e USP, e um centro universitário, UNICEP, e é considerada a capital da alta tecnologia. A luta para derrotar o fascismo é diária e não se pode esmorecer. Às vezes ele se parece com a história da Hydra de Lerna: cada vez que se corta uma cabeça, nascem outras duas. Hércules só conseguiu vencer o monstro com a ajuda de seu sobrinho lolau que cauterizava a ferida logo após o herói decepar uma cabeça, o que impedia sua regeneração. Não basta vencer parcialmente o fascismo, é preciso cauterizar sua ameaça na origem, pela construção de uma nova sociedade com espírito democrático e solidário. Aí está o papel da educação, capaz de desconstruir e decepar esses monstros. Por isso a extrema direita lança diariamente seu veneno feroz contra a escola, contra os educadores, contra o patrono da Educação Brasileira, Paulo Freire. Os fascistas não querem uma escola que ensine a pensar, mas uma escola autoritária que obrigue a obedecer.

Entrevistador: Este neofascismo levantou questões referentes ao papel da escola na sociedade. O controle sobre os professores, das escolas e de seu conteúdo, passou a ser um lugar de disputas para imposições ideológicas. Isso não lhe parece um fracasso civilizatório?

¹⁴ TAGLIAVINI, João Virgilio. *Aprender e ensinar direito: além do direito que se ensina errado*. São Carlos: Edição do Autor, 2014.

Se levar em conta também a tentativa de golpe, com o apoio reacionário das igrejas (católica e evangélica). O que falta ou faltou para o Brasil, se livrar de pensamentos e convicções tão reacionárias e mesquinhos?

João Virgílio Tagliavini: Como eu disse acima, essa perspectiva fascista já existia na sociedade. A conjunção de dois fatores principais, no caso do Brasil, permitiu sua expressão: a emergência de um representante político surfando numa conjuntura, com apoio americano e de parte do legislativo, judiciário e mídia do Brasil; a expansão das redes sociais, permitindo a comunicação dos reacionários que se organizaram em bolhas, em gabinetes do ódio e em organizações criminosas, que voaram nas asas das fakenews, e, mais recentemente, das deepnews, com auxílio da inteligência artificial. Aos educadores, nós nos perguntamos: onde erramos? Acho que há, pelo menos, dois fatores que contribuíram para isso: primeiro, o fracasso da educação não se deve a uma “crise” mas a um “projeto” da classe dominante, como disse Darcy Ribeiro. Um ensino médio de caráter tecnicista, implantado pelos militares após o golpe de 1964, com a exclusão de filosofia, sociologia e o enfraquecimento de todas as disciplinas que contribuíam para a formação de uma consciência crítica, sendo substituídas por outras disciplinas que contribuíam para a domesticação e submissão às autoridades ditatoriais, como Educação Moral e Cívica, Estudos Sociais e Estudos de Problemas Brasileiros, todas sob controle ideológico muito rígido dos “donos do poder”, pode ser parte importante da explicação. Por outro lado, quando tivemos a oportunidade de avançar, a partir de 2002, com a eleição de governos de esquerda, nós nos acomodamos, ou porque achávamos que o paraíso tinha chegado, ou porque recebíamos os benefícios sem necessidade de luta. Hoje, por exemplo, já temos uma consciência mais clara de que vencemos uma eleição, mas não vencemos o fascismo. Precisamos continuar em guarda, vigilantes, em luta.

Padre Ticão costumava me dizer, baseado em reflexões de Frei Betto, que os governos de esquerda no Brasil focaram em produzir consumidores e não em formar cidadãos críticos. Em tempos de penúria precisamos batalhar em duas frentes: melhorar a vida material das pessoas, e formar cidadãos capazes de pensar, de reagir, de resistir às investidas contra a democracia, contra a solidariedade e de lugar pela construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a equidade seja mais importante que a meritocracia.

Entrevistador: *Dante deste cenário, eu ia perguntar o que esperar da escola, mas “esperar é um desejar sem fluir”. O que nós educadores devemos fazer? Pergunto isso, pois vejo o mundo escolar/acadêmico, por vezes cheio de amargura, competição, na maioria das vezes um mercado, para me referir ao capitalismo. O ambiente que se cria, algumas vezes não pode desfavorecer a educação?*

João Virgílio Tagliavini: Quando eu me afastei do ministério sacerdotal, eu pensei estar deixando para trás um mundo em que tinha muito valor a contabilidade de suas realizações, que eram semanalmente registradas num “ramalhete espiritual”¹⁵, a lista de boas ações, orações, penitências, sacrifícios feitos naquele período, e que era entregue ao diretor espiritual para que ele acompanhasse e orientasse a formação do seminarista.

Ao ingressar na Universidade, eu percebi que só haviam mudado o nome do instrumento: agora se chamava LATTES. Um currículo, “ramalhete intelectual” que, preenchido principalmente com publicações em periódicos qualificados (QUALIS), tinha mais valor do que

¹⁵ Esse ramalhete espiritual foi muito utilizado também em movimentos e associações de cristãos católicos leigos, como a Pia União das Filhas de Maria, o Apostolado da Oração, a Obra das Vocações Sacerdotais e Religiosas, a Congregação Mariana, a Congregação dos Marianinhos, a Cruzada Eucarística etc. E, mais recentemente, a obrigação dos integrantes dos movimentos dos focolarinos de dar um “testemunho ou experiência da semana” e de seguir uma “palavra de vida”.

qualquer atividade de docência ou de extensão. E estava instalada nas reuniões de departamentos ou de programas de pós-graduação a mais deslavada e cruel competição, no mesmo estilo do mundo capitalista, que muitas vezes se criticava. Durante um tempo isso me perturbou tanto que eu cheguei a postar na introdução do meu Lattes que eu não queria chegar à neurose do produtivismo a ponto de repetir o que faziam os adolescentes no banheiro da escola ao comparar para saber se o seu era maior que o do outro, e, ao entrar no corredor do departamento de educação eu costumava perguntar em voz bem alta: "Lattes, Lattes meu, existe alguém que publique mais do que eu?"

Acho que essa onda produtivista e de competição capitalista internalizada nas academias em nada ajudam o avanço da ciência. Inclusive porque o foco na publicação leva, muitas vezes, a desprezar ou a não dar importância à docência, ao trabalho em sala de aula e à extensão, vistos como filhos rejeitados por muitos pesquisadores.

Entrevistador: *São novos tempos, com problemas antigos e novos. Sei que “se” não existe. Mas vou tentar, pois para quem faz as perguntas é mais cômodo. Se Paulo Freire, estivesse (está eu sei através de seu pensamento), entre nós, o que ele poderia propor, nesta tão intrincada e necessária relação política e educação?*

João Virgílio Tagliavini: Se Paulo Freire estivesse entre nós hoje, em meio à complexidade da realidade brasileira polarizada, sua abordagem para a educação certamente estaria focada na construção de uma consciência crítica e na promoção da participação ativa dos cidadãos na sociedade. Freire enfatizava a importância da educação como um instrumento de transformação social e de conscientização política.

Dante do avanço da extrema direita e da aparente falta de resposta eficaz da esquerda, Freire provavelmente defenderia uma educação que priorizasse a reflexão sobre as estruturas de poder, as desigualdades sociais e as injustiças existentes no país. Ele enfatizaria a necessidade de uma educação libertadora, que capacitasse os indivíduos a questionar as narrativas dominantes, a compreender as raízes históricas das desigualdades e a buscar soluções coletivas para os problemas enfrentados pela sociedade. Em meio a essa tragédia do dilúvio no Rio Grande do Sul ele lembraria que isso não é vontade divina, ou castigo, mas vingança da natureza tão vilipendiada nos governos de extrema direita que propunham passar a boiada da desregulamentação das normas ambientais. Ele indicaria para olarmos para o concreto de um modo de produção predador da natureza e do ser humano.

Para Freire, a educação não se limitava apenas à transmissão de conhecimentos, mas também à construção de uma consciência crítica que capacita as pessoas a agir de forma ética e responsável em seu ambiente social e político. Ele provavelmente defenderia a importância da educação para a formação de cidadãos engajados, capazes de resistir ao autoritarismo e de promover uma cultura de diálogo, tolerância e respeito mútuo.

Em suma, Freire enfatizaria a necessidade de uma educação que capacite os indivíduos a entender e enfrentar os desafios da realidade brasileira atual, promovendo uma visão de mundo mais justa, igualitária, equitativa e democrática. Ele acreditava no poder transformador da educação para desatar os nós históricos da sociedade, e certamente continuaria defendendo essa visão em um contexto tão desafiador como o que vivemos hoje.

Entrevistador: *O que mais você gostaria de dizer sobre a educação para encerrar esta entrevista?*

João Virgílio Tagliavini: Eu gostaria de relacionar o conceito e a prática da Educação Libertadora de Paulo Freire, A Educação para a Emancipação da Teoria Crítica e da Teologia da Libertação, três experiências na minha biografia intelectual e prática que me são muito caras. A relação entre o conceito e a prática da Educação Libertadora de Paulo Freire e a

Teologia da Libertação é intrínseca e profunda, pois ambos os movimentos compartilham uma visão comum de transformação social e emancipação humana.

Tanto a Educação Libertadora quanto a Teologia da Libertação buscam enfrentar as estruturas de opressão e injustiça que permeiam a sociedade, promovendo a conscientização e a ação coletiva dos oprimidos para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e equitativa.

Na Educação Libertadora, Paulo Freire enfatiza a importância da conscientização crítica dos indivíduos, capacitando-os a ler o mundo de forma crítica, compreender as relações de poder e agir de forma transformadora. Ele propõe uma prática educacional baseada no diálogo, na problematização das realidades vivenciadas pelos alunos e na busca pela autonomia e emancipação.

Da mesma forma, a Teologia da Libertação, a partir do contexto latino-americano de injustiça social e opressão política, busca reinterpretar a fé cristã a partir da perspectiva dos oprimidos, enfatizando a opção pelos pobres e marginalizados. Ela propõe uma prática religiosa engajada na luta por justiça social, na defesa dos direitos humanos e na promoção da dignidade e solidariedade entre os indivíduos.

Ambos os movimentos enfatizam a importância da práxis, ou seja, da integração entre teoria e prática, na busca por uma transformação social efetiva. Eles reconhecem que a libertação dos oprimidos não pode ocorrer apenas por meio da educação ou da religião isoladamente, mas requer uma abordagem totalizante que abarque dimensões políticas, sociais, econômicas e espirituais.

A Teoria Crítica questiona as estruturas sociais que perpetuam a dominação e a desigualdade quanto as ideologias que justificam tais estruturas. A educação, dentro da Teoria Crítica, é vista como uma ferramenta para desenvolver a autonomia e a razão crítica, permitindo aos indivíduos questionar e transformar as condições de sua existência.

Assim, a relação entre a Educação Libertadora de Paulo Freire e a Teoria Crítica e a Teologia da Libertação estão enraizadas em uma visão compartilhada de justiça, solidariedade e libertação dos oprimidos, e na convicção de que a educação e a fé podem ser poderosas ferramentas de emancipação, desenvolvimento da razão crítica e de transformação social e pessoal.

São Carlos, maio de 2024

Referências

- CHOTARD, Jean-René. *Seminaristes...une espèce disparue?* - histoire et structure d'un petit séminaire, Guérande (1822-1966). Sherbrooke, Québec, Canada: Éditions Naaman, 1977.
- DI NAPOLI, Joannes. *Manuale philosophiae ad usum seminariorum*. Italy: Marietti Editori, 1963.
- GUIMARÃES, Edward; SBARDELOTTI, Emerson; BARROS, Marcelo. 50 anos de teologias da libertação: memória, revisão, perspectivas e desafios2 vols. **Recriar, São Paulo**, 2022.
- SUAUD, Charles. *La vocation: conversion e reconversion des prêtes ruraux*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1978.
- TAGLIAVINI, João Virgílio ; GENTIL, P. A. B. . A REPRESSÃO SEXUAL NO INTERNATO DE FORMAÇÃO DE PADRES. In: João Virgílio Tagliavini. (Org.). CONTROLADOS PELAS AMEAÇAS DO INFERNO: a repressão sexual na educação cristã e na formação dos seminaristas. 1ed.São Carlos: Editora do Autor, 2014, v. 1, p. 15-72.
- TAGLIAVINI, João Virgílio e TAGLIAVINI, Maria Cristina Braga. *Estrutura e funcionamento da educação básica: constituição, leis e diretrizes*. 2^a ed. São Carlos: Educar Direito, 2000.
- TAGLIAVINI, João Virgílio. *Aprender e ensinar direito: além do direito que se ensina errado*. São Carlos: Edição do Autor, 2014.

TAGLIAVINI, João Virgílio. Educação e Direito na sociedade brasileira contemporânea: 10 anos de pesquisas e publicações em educação e fundamentos do direito na UFSCAR. In: SANCHES, Raquel Cristina Ferraroni; BERTHO, Paula Renata. (Org.). A Construção do Saber Jurídico - revisitando as possibilidades do ensino do direito.. 1^a ed. São Paulo/SP: Max Limonad, 2015, v., p. 113-138.

TAGLIAVINI, João Virgílio. *Lousas e lições: a biografia de Mercedes e o legado dos professores primários brasileiros*. São Carlos: Educar Direito Editora, 2023.

TAGLIAVINI, João Virgílio. *Um jovem padre em Itirapina – 1978-1985: memórias, registros e história*. São Carlos: Educar Direito Editora, 2021.

Data da submissão: 23/07/2024

Data da aprovação: 18/12/2024